ALFABETIZAÇÃO E ENSINO DA LÍNGUA ESCRITA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CENÁRIO EDUCACIONAL

Luciana Soares de Oliveira Leite[1], Ana Claudia Reis Bittencourt[2], Áurea Célia Andrade de Almeida[3], Lhays Ingryd Soares Leite [4], Rosilene Alves Lima [5], Karina Mendes Garcia[6]

[1] Secretaria Municipal de Educação, Rondonópolis, Brasil
(lu_soares.roo@hotmail.com)
[2]Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis, Brasil
[3]Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rondonópolis, Brasil
[4]Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis, Brasil
[5]Secretaria Municipal de Educação, Rondonópolis, Brasil
[6]Secretaria Municipal de Educação, Rondonópolis, Brasil

Resumo: Este estudo discute as concepções de alfabetização, letramento e ensino da língua escrita a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Ferreiro, Teberosky, Soares, Smolka, Cagliari e Kramer, articuladas às orientações da BNCC. Os resultados evidenciam a importância de práticas pedagógicas significativas que promovam a aprendizagem da leitura e da escrita em contextos sociais reais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e autônomos.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Língua escrita; Práticas pedagógicas; BNCC.

INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento constituem processos fundamentais para a formação dos sujeitos e para sua inserção nas práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita. Em uma sociedade cada vez mais marcada pela circulação de informações, pelas tecnologias digitais e pela multiplicidade de linguagens, o ensino da língua escrita assume papel essencial no desenvolvimento da autonomia, da participação social e da construção do conhecimento.

Nas últimas décadas, as discussões acerca da alfabetização passaram por importantes transformações teóricas e metodológicas. As contribuições dos estudos de Ferreiro e Teberosky (1999) ampliaram a compreensão sobre a aprendizagem da escrita ao evidenciarem que a criança constrói hipóteses acerca do sistema de escrita antes mesmo de seu ingresso na escola.

Paralelamente, os estudos de Soares (2004) reforçaram a necessidade de compreender a alfabetização articulada às práticas sociais de leitura e escrita, consolidando o conceito de letramento como dimensão indispensável ao processo educativo. Neste sentido, concordamos com o apontamento:

> Em seu sentido pleno, o processo de alfabetização deve levar à aprendizagem não de uma mera tradução do oral para o escrito, e deste para aquele, mas á aprendizagem de uma peculiar e muitas vezes idiossincrática relação fonemas-grafemas, de um outro código, que tem, em relação ao código oral, especificidade morfológica e sintática, autonomia de recursos de articulação do texto e estratégias próprias de expressão/compreensão. (SOARES, 2004, p.17)

No contexto das políticas educacionais brasileiras, os Parâmetros Curriculares Nacionais representaram um importante avanço ao propor uma concepção de ensino da língua pautada no uso social da linguagem. Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular ampliou essa perspectiva ao enfatizar o desenvolvimento das práticas de linguagem e das competências relacionadas à leitura, à escrita, à oralidade e à análise linguística, reconhecendo a importância da participação ativa dos estudantes em diferentes situações comunicativas.

Diante das transformações sociais, culturais e tecnológicas que caracterizam a contemporaneidade, torna-se necessário refletir sobre as práticas pedagógicas voltadas ao ensino da língua escrita e sobre os desafios enfrentados pelos professores alfabetizadores na promoção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo discutir as concepções de alfabetização e letramento presentes na literatura educacional e analisar suas contribuições para a organização das práticas de ensino da língua escrita no cenário educacional contemporâneo.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a alfabetização, o letramento e a aprendizagem da língua escrita, buscando compreender como tais contribuições podem subsidiar práticas pedagógicas que favoreçam a formação de leitores e escritores críticos, autônomos e participantes da cultura escrita.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida com o objetivo de analisar as concepções de alfabetização, letramento e ensino da língua escrita presentes na literatura educacional e nos documentos normativos que orientam a educação brasileira. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, possibilitando a análise crítica e a ampliação do conhecimento acerca do objeto investigado.

Para a construção do referencial teórico, foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à temática, com destaque para as contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2004; 2020), Smolka (1987), Cagliari (1999) e Kramer (1995), autores que discutem os processos de alfabetização e letramento sob diferentes perspectivas teóricas. Também foram analisados documentos orientadores da educação brasileira, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando sua relevância para a organização das práticas pedagógicas voltadas ao ensino da leitura e da escrita.

A análise dos materiais ocorreu por meio da leitura exploratória, seletiva e interpretativa das obras consultadas, buscando identificar conceitos, contribuições e reflexões acerca das práticas de ensino da língua escrita e dos desafios que permeiam a alfabetização na contemporaneidade. A partir desse levantamento, foram estabelecidos diálogos entre os referenciais teóricos e as demandas do atual cenário educacional, marcado pela diversidade de contextos de aprendizagem, pela ampliação das práticas de letramento e pela presença crescente das tecnologias digitais nos processos educativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que as concepções de alfabetização passaram por significativas transformações ao longo das últimas décadas, acompanhando mudanças sociais, culturais e educacionais. Durante muito tempo, a alfabetização foi compreendida como um processo centrado na aprendizagem do código escrito, priorizando a memorização de letras, sílabas e palavras. Nessa perspectiva, o estudante era visto como um receptor de informações e o ensino ocorria por meio de atividades repetitivas e mecanizadas. Entretanto, os estudos desenvolvidos a partir da década de 1980 contribuíram para a ampliação desse entendimento, reconhecendo a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento.

Nesse contexto, as pesquisas de Ferreiro e Teberosky (1999) representaram um marco para os estudos da alfabetização ao demonstrarem que a aprendizagem da escrita não ocorre por simples transmissão de conhecimentos. As autoras identificaram que as crianças elaboram hipóteses sobre o funcionamento da língua escrita antes mesmo do ensino formal, construindo explicações próprias acerca da relação entre fala e escrita. Tal compreensão rompeu com práticas pedagógicas tradicionais e passou a valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes, reconhecendo a importância de considerar seus processos de pensamento durante a aprendizagem.

Os estudos psicogenéticos evidenciam que a criança percorre diferentes níveis de compreensão da escrita até alcançar a hipótese alfabética. Esse percurso demonstra que os chamados "erros" não representam ausência de conhecimento, mas etapas importantes da construção cognitiva. Dessa forma, a atuação docente passa a exigir observação, escuta e intervenções pedagógicas que favoreçam o avanço das hipóteses formuladas pelos alunos. Tal concepção continua atual e relevante, sobretudo diante da necessidade de promover práticas pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos e formas de aprendizagem presentes nas salas de aula contemporâneas.

Complementando essa discussão, Smolka (1987) destaca que a alfabetização não pode ser reduzida à aprendizagem técnica da escrita. Para a autora, a linguagem escrita constitui um instrumento de interação social e produção de sentidos. Assim, aprender a escrever envolve compreender para quem se escreve, o que se escreve e com qual finalidade. Essa perspectiva atribui à alfabetização uma dimensão social e cultural que ultrapassa a simples apropriação do código linguístico.

As contribuições de Soares (2004) ampliam ainda mais esse debate ao diferenciar alfabetização e letramento. Diante dos estudos nos textos concordamos com o seguinte apontamento:

> Em seu sentido pleno, o processo de alfabetização deve levar à aprendizagem não de uma mera tradução do oral para o escrito, e deste para aquele, mas á aprendizagem de uma peculiar e muitas vezes idiossincrática relação fonemas-grafemas, de um outro código, que tem, em relação ao código oral, especificidade morfológica e sintática, autonomia de recursos de articulação do texto e estratégias próprias de expressão/compreensão. (SOARES, 2004, p.17)

Segundo a autora, alfabetizar corresponde ao processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento refere-se à participação em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Embora distintos, esses processos são complementares e devem ocorrer de maneira articulada. Dessa forma, não basta ensinar a criança a reconhecer letras e palavras; é necessário proporcionar situações reais de uso da linguagem escrita para que ela compreenda sua função social.

Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento das competências relacionadas à leitura, escrita, oralidade e análise linguística a partir das práticas sociais da linguagem. O documento enfatiza a importância de trabalhar diferentes gêneros textuais e situações comunicativas, favorecendo a formação de sujeitos capazes de utilizar a linguagem em diversos contextos da vida social. Nesse sentido, observa-se uma aproximação entre os pressupostos defendidos pela BNCC e as contribuições teóricas de autores como Soares, Smolka e Ferreiro.

Ao analisar as contribuições de Cagliari (1999), percebe-se a defesa de uma alfabetização que considere a natureza da língua escrita e os conhecimentos que as crianças constroem a partir de suas experiências cotidianas, como evidenciado a seguir:

> O caminho que uma criança percorre na alfabetização é muito semelhante ao processo de transformação pelo qual a escrita passou desde a sua invenção. (CAGLIARI, 1997, p.106).

O autor argumenta que o contato com diferentes manifestações da escrita ocorre muito antes da entrada na escola, por meio de placas, embalagens, livros, revistas e diversos suportes textuais presentes na sociedade. Essa constatação reforça a necessidade de que as práticas pedagógicas partam das experiências dos estudantes, valorizando seus saberes e ampliando suas possibilidades de interação com a cultura escrita.

De forma semelhante, Kramer (1995) ressalta que a alfabetização deve estar vinculada à função social da leitura e da escrita. A compreensão do que ‘é ler’ constitui o primeiro passo, o entendimento do “*para que leio*” representa um fator determinado do processo. De acordo com Kramer isto significa que:

> A função social pode se concretizar na prática através de aulas passeios (onde saímos da sala de aula para observar a lavoura, o carpinteiro, a farmácia, o banheiro, a praça etc...) e voltamos para a sala de aula para expressar o que vimos, no desenho, no relato por escrito, em textos-livres, imprimindo-os para todos, se possível. Através de confecção de livros, álbuns, de murais referentes a um tema que desejamos desenvolvendo com as crianças (animais, plantas, profissões, água, meios de comunicação). (KRAMER, 1995, p.108).

As atividades significativas, como produção de textos, elaboração de bilhetes, registros de experiências, criação de histórias e leitura de diferentes gêneros textuais, favorecem a compreensão dos usos sociais da linguagem. Nessa perspectiva, a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa, pois os estudantes compreendem as finalidades da escrita e reconhecem sua presença nas diferentes situações do cotidiano.

Os resultados da revisão bibliográfica também evidenciam que os desafios da alfabetização assumem novas configurações na contemporaneidade. O avanço das tecnologias digitais transformou significativamente as formas de comunicação e de acesso à informação, ampliando as possibilidades de interação com a linguagem escrita. Atualmente, crianças convivem desde cedo com celulares, computadores, redes sociais, aplicativos de mensagens e diversos ambientes digitais que demandam novas práticas de leitura e escrita. Diante desse cenário, torna-se necessário que a escola amplie suas concepções de letramento, incorporando práticas relacionadas ao letramento digital e ao uso crítico das tecnologias.

Além disso, os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 evidenciaram desafios relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita, especialmente nos anos iniciais da escolarização. As dificuldades de acesso às atividades escolares e a interrupção das interações presenciais contribuíram para o aumento das desigualdades educacionais e reforçaram a necessidade de estratégias pedagógicas voltadas à recomposição das aprendizagens. Nesse contexto, a atuação do professor alfabetizador torna-se ainda mais relevante, exigindo planejamento, criatividade e formação continuada para responder às demandas emergentes do cenário educacional.

Diante dessas reflexões, verifica-se que as concepções contemporâneas de alfabetização defendem práticas pedagógicas centradas na participação ativa dos estudantes, na construção de significados e na inserção em contextos reais de leitura e escrita. Os autores analisados convergem ao reconhecer que alfabetizar não significa apenas ensinar o funcionamento do sistema alfabético, mas promover condições para que os sujeitos utilizem a linguagem escrita de forma crítica, reflexiva e socialmente significativa. Assim, a articulação entre alfabetização e letramento constitui um elemento fundamental para a formação de leitores e escritores autônomos, capazes de participar efetivamente da cultura escrita e dos diferentes espaços sociais em que ela se manifesta.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo discutir as concepções de alfabetização, letramento e ensino da língua escrita presentes na literatura educacional, analisando suas contribuições para a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da alfabetização. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a aprendizagem da leitura e da escrita constitui um processo complexo, multifacetado e socialmente construído, que ultrapassa a simples apropriação do sistema alfabético e envolve a inserção dos sujeitos nas práticas culturais mediadas pela linguagem escrita.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciaram que as transformações ocorridas nas concepções de alfabetização contribuíram significativamente para a superação de perspectivas reducionistas que compreendiam o ensino da escrita apenas como um processo mecânico de codificação e decodificação. Os estudos de Ferreiro e Teberosky revelaram que a criança participa ativamente da construção do conhecimento, elaborando hipóteses e buscando compreender o funcionamento da escrita antes mesmo de seu ingresso na escola. Essa compreensão trouxe importantes contribuições para a prática pedagógica, uma vez que passou a reconhecer os conhecimentos prévios dos estudantes como elementos fundamentais no processo de aprendizagem.

Da mesma forma, os estudos de Smolka reforçam a compreensão da alfabetização como um processo de produção de sentidos e de interação social, no qual a escrita assume uma função comunicativa e cultural. Tal perspectiva evidencia que ensinar a ler e escrever implica criar oportunidades para que os estudantes utilizem a linguagem em situações significativas, atribuindo sentido às suas produções e compreendendo as diferentes funções sociais da escrita. Nessa direção, alfabetizar significa favorecer a construção de conhecimentos que permitam aos sujeitos expressar ideias, registrar experiências, comunicar-se e participar ativamente da vida em sociedade.

As contribuições de Soares ampliam ainda mais essa discussão ao destacar a necessária articulação entre alfabetização e letramento. A autora demonstra que o domínio do sistema de escrita alfabética, embora indispensável, não é suficiente para garantir a participação efetiva dos indivíduos na cultura escrita. É necessário que a escola promova experiências diversificadas de leitura e escrita, possibilitando aos estudantes compreenderem os usos sociais da linguagem e desenvolverem competências que lhes permitam atuar de forma crítica, reflexiva e autônoma em diferentes contextos sociais. Dessa forma, alfabetizar letrando constitui um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes responsabilidades da educação contemporânea.

A análise realizada também permitiu identificar a atualidade das contribuições teóricas discutidas, especialmente quando relacionadas às orientações presentes na Base Nacional Comum Curricular. A BNCC reafirma a importância das práticas sociais da linguagem como eixo estruturante do ensino da Língua Portuguesa, valorizando a leitura, a escrita, a oralidade e a análise linguística em situações contextualizadas e significativas. Tal orientação aproxima-se dos pressupostos defendidos pelos autores estudados e reforça a necessidade de práticas pedagógicas que coloquem os estudantes como protagonistas de seus processos de aprendizagem.

Além disso, os resultados evidenciam que os desafios da alfabetização assumem novas configurações diante das transformações sociais, culturais e tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea. O avanço das tecnologias digitais ampliou as formas de comunicação e de acesso à informação, exigindo da escola novas estratégias para o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras. Nesse cenário, torna-se fundamental ampliar a compreensão acerca das múltiplas formas de letramento presentes na atualidade, incorporando práticas que dialoguem com os diferentes suportes textuais e linguagens que permeiam o cotidiano das crianças.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores. Considerando a complexidade do processo de alfabetização e as demandas presentes nas salas de aula contemporâneas, é imprescindível que os docentes tenham acesso a conhecimentos teóricos e metodológicos que subsidiem suas práticas pedagógicas, possibilitando intervenções qualificadas e comprometidas com a aprendizagem de todos os estudantes. A formação docente, nesse contexto, constitui elemento essencial para a construção de práticas educativas capazes de responder aos desafios impostos pela diversidade dos sujeitos, dos contextos escolares e das formas de interação com a linguagem.

Diante das reflexões apresentadas, conclui-se que a alfabetização deve ser compreendida como um processo contínuo de construção de conhecimentos, inserção social e participação na cultura escrita. Trata-se de uma prática educativa que exige intencionalidade pedagógica, fundamentação teórica consistente e compromisso com a formação integral dos estudantes. Mais do que ensinar a ler e escrever, alfabetizar significa possibilitar que crianças, jovens e adultos compreendam o mundo, expressem suas ideias, ampliem suas formas de comunicação e exerçam plenamente sua cidadania.

Por fim, espera-se que as discussões apresentadas neste estudo contribuam para o fortalecimento do debate acadêmico acerca da alfabetização e do ensino da língua escrita, bem como para a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educacionais. Considera-se que a construção de uma educação de qualidade passa, necessariamente, pela garantia do direito à alfabetização e ao letramento, compreendidos como processos fundamentais para o desenvolvimento humano, para a inclusão social e para a formação de sujeitos capazes de participar de maneira crítica, consciente e transformadora da sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o bá, bé, bi, bó, bu. São Paulo: Scipione, 1999.

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, Sonia. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 1995.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1987.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2020.